



AOS CHEFES DE ESTADO E MINISTROS DOS 9 PAÍSES AMAZÔNICOS

Em preparação para a Cúpula Amazônica - 4ª Reunião dos Chefes de Estado das Partes do Tratado de Cooperação Amazônica, quase 300 pessoas de mais de 100 organizações desenvolveram colaborativamente 31 propostas com o objetivo de fortalecer a bioeconomia amazônica, a preservação de suas florestas e rios,, respeitando os modos de vida dos povos indígenas, afrodescendentes e comunidades tradicionais, e melhorando a prosperidade socioeconômica das pessoas que vivem no bioma. Nosso objetivo é contribuir para seus esforços de conservação da Amazônia para seu povo e para o mundo, com propostas concretas sobre como apoiar uma bioeconomia no centro de um novo modelo econômico para a região. Uma nova e mais forte economia para os países amazônicos é possível - uma que seja baseada em atividades econômicas compatíveis com a floresta, um robusto estado de direito e um diálogo franco e aberto com as várias partes interessadas comprometidas com a causa, especialmente os povos indígenas e comunidades Amazônicas.

Estamos prontos para desempenhar um papel consultivo à medida que vocês avançarem em seus esforços.

CONVOCATÓRIA PARA AÇÃO

EM PROL DA BIOECONOMIA PANAMAZÔNICA

Recomendações da 1ª Conferência Panamazônica pela Bioeconomia

(realizada na cidade de Belém do Pará nos dias 21 e 22 de junho de 2023)

A Amazônia está chegando a um ponto de não retorno devido ao desmatamento e degradação florestal e de seus ecossistemas. Isso seria devastador para a América do Sul e para o mundo. Cientistas alertam que esse ponto de não retorno ocorre quando o desmatamento atinge de 20% a 25% da cobertura florestal total. É alarmante reconhecer que com as taxas atuais de desmatamento, 27% da Amazônia será desmatada até 2030. Alcançar esse ponto de não retorno resultaria em mudanças profundas na precipitação e na temperatura da região, o que prejudicaria significativamente as economias dos países amazônicos, os meios de subsistência das pessoas e tornaria inalcançável a trajetória de 1,5°C do Acordo de Paris.

Agora temos a nossa última e melhor chance de mudar o rumo da degradação e manter nossas preciosas florestas em pé, garantindo o futuro da vida na Terra. A próxima década definirá se a Amazônia - lar de mais de 47 milhões de habitantes, a maioria dos quais indígenas, afrodescendentes ou comunidades tradicionais - poderá continuar com o mesmo perfil econômico ou se tornar o catalisador de uma nova economia baseada em florestas e rios preservados para seu povo e para o mundo.

As evidências da viabilidade econômica desse modelo alternativo estão cada vez mais presentes. Pesquisas recentes indicam, por exemplo, que, para o Brasil, um novo paradigma econômico poderia aumentar o PIB anual da Amazônia brasileira em 40 bilhões de reais, criar 312.000 empregos adicionais até 2050 em comparação com o modelo atual e colocar o Brasil em uma trajetória de 1,5°C. Esse novo modelo econômico é relevante para todos os países amazônicos: cada país possui uma riqueza de produtos Amazônicos, mas

coletivamente estão recebendo apenas 0,17% do valor total do potencial de mercado global. Com as políticas certas, isso pode mudar para criar empregos e renda para as pessoas em todos os países amazônicos, aumentar a produtividade da terra, reduzir o estresse hídrico e a perda de fertilidade do solo.

A bioeconomia pode ser o ponto central desse novo paradigma econômico emergente. Uma bioeconomia definida localmente pode fornecer aos indígenas, comunidades tradicionais e iniciativas locais alinhadas os meios para continuar protegendo a floresta, ao mesmo tempo em que lhes oferece oportunidades para melhorar sua qualidade de vida. Esse novo paradigma pode conectá-los a ambições nacionais, aumento de financiamento e uma comunidade internacional pronta para apoiar esforços coesos na região. A bioeconomia também fornece serviços ecossistêmicos essenciais para outros setores, especialmente para a agricultura, como irrigação com água da chuva, regulação climática, polinizadores, proteção do solo e da água e sequestro de carbono.

Um novo esforço coletivo de diversas partes interessadas emergiu. A Conferência Pan-Amazônica pela Bioeconomia reuniu líderes e especialistas dos nove países amazônicos, abrangendo povos indígenas, academia, empresas, investidores, organizações internacionais, institutos de pesquisa, organizações locais, nacionais e regionais da sociedade civil e movimentos sociais dispostos a continuar trabalhando juntos para trocar conhecimentos, melhores práticas e atuar como conselheiros dos governos e instituições regionais.

Este coletivo de pessoas convida os líderes governamentais da Amazônia a reconhecer formalmente o potencial de economias baseadas na sociobiodiversidade e a estabelecer estratégias e políticas nacionais para apoiar e melhorar a transição para tais economias, afastando-se do antigo modelo destrutivo como uma prioridade nacional e subnacional. Isso inclui realizar as seguintes ações específicas e detalhadas a seguir:

- Colocar fim ao desmatamento ilegal, às economias ilícitas e à violência associada, e fazer cumprir o Estado de Direito devem ser a máxima prioridade do governo.
- Reconhecer que os povos indígenas, afrodescendentes e comunidades tradicionais também são responsáveis por proteger as maiores porções de floresta que fornecem serviços ecossistêmicos essenciais para outros setores econômicos, garantindo seus direitos territoriais e protegendo seus territórios contra atividades ilegais e ameaças externas.
- Realocar subsídios perversos e outros investimentos não sustentáveis promovendo incentivos economicamente e ambientalmente viáveis, além de mecanismos de financiamento híbridos. Esses mecanismos podem facilitar atividades e modelos de negócios associados à bioeconomia, como títulos e empréstimos sustentáveis, trocas de dívida por conservação da natureza, mecanismos de aprimoramento de crédito, incluindo aqueles voltados para pequenos produtores, povos indígenas e comunidades tradicionais, entre outros.
- Promover a escalabilidade e harmonização na regulamentação de instrumentos de mercado, como créditos de carbono, água e biodiversidade, especialmente suas versões integradas, de forma a serem altamente abrangentes e benéficas para as populações locais.
- Fortalecer a governança da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), envolvendo ativamente a sociedade civil, os povos indígenas e os atores locais. Desenvolver um plano de trabalho conjunto para implementação em curto prazo sobre como evitar coletivamente o ponto de não retorno da Amazônia, incluindo metas comuns, métricas e um mecanismo de transparência e responsabilização.
- Fomentar o crescimento de empresas locais e cooperativas, evitando-se requisitos legais excessivos, e alinhando a legislação ambiental, sanitária e fiscal com as necessidades e realidades específicas locais.
- Exigir transparência e rastreabilidade em todas as cadeias de valor de commodities para que se tornem livres de desmatamento, de acordo com os melhores padrões internacionais.

- Co-criar uma plataforma pan-amazônica para o financiamento de uma bioeconomia que promova vida plena para os povos indígenas, afrodescendentes e comunidades tradicionais, e um fundo regional para apoiar a ciência, tecnologia e inovação ética na bioeconomia, a fim de aumentar a valorização de produtos e serviços da bioeconomia e desenvolver capacidades básicas e vocacionais. Incluir os investimentos necessários e/ou incentivos fiscais em apoio à ciência, tecnologia e inovação, bem como à pesquisa e capacidade associada.
- Transformar as cidades amazônicas em centros de bioeconomia por meio de um plano abrangente de infraestrutura sustentável focado em agregar valor aos produtos e serviços da bioeconomia, otimizar e ampliar o papel dos rios e do transporte aéreo para melhorar a conectividade, diversificar fontes de energia renovável e a provisão de necessidades e serviços básicos.

Nossas propostas específicas e completas estão incluídas abaixo, organizadas em torno dos nove temas objeto do encontro, bem como uma lista de todos os indivíduos que participaram das discussões. Convidamos os líderes governamentais da região amazônica, bem como os governos de outros países parceiros a tomarem medidas decisivas com base nessas recomendações. Não temos tempo a perder!

PROPOSTAS COMPLETAS

MESA REDONDA 1: ECONOMÍA INDÍGENA E TRADICIONAL

Proposta 1: Proteger os povos indígenas e tradicionais, seus modos de vida e conhecimentos

As terras dos povos indígenas na região amazônica devem ser protegidas contra as ameaças que enfrentam, a fim de garantir a proteção e conservação dos territórios e modos de vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Essa proteção é uma condição fundamental para estabelecer outras políticas necessárias para a bioeconomia pan-amazônica.

Proposta 2: Garantir a proteção do patrimônio cultural dos povos indígenas e tradicionais em qualquer atividade econômica, por meio do estabelecimento de regras e incentivos específicos, incluindo o acesso financeiro a diferentes fontes de financiamento.

Os sistemas de conhecimento tradicionais indígenas são essenciais para a sustentabilidade da Amazônia. Esse conhecimento, assim como o patrimônio cultural dos povos indígenas e tradicionais, devem ser protegidos para o exercício de qualquer atividade econômica.

Proposta 3: Capacitação dos povos indígenas na bioeconomia

A produção de bens e prestação de serviços dos povos indígenas enfrenta desafios para entrar no mercado. É necessária capacitação para enfrentar esses desafios e desenvolver as devidas habilidades.

MESA REDONDA 2: INVESTIMENTO DE IMPACTO

Proposta 1: Revisar os marcos regulatórios relacionados ao desenvolvimento das cadeias socioambientais com a participação de comunidades locais

Aos povos indígenas e as comunidades locais são impostos requisitos legais excessivos que dificultam o desenvolvimento de negócios socioambientais dentro da bioeconomia. Para enfrentar esses desafios, os governos precisam alinhar as regulamentações ambientais, sanitárias e fiscais com as realidades dos povos tradicionais, estabelecer governança local para agilizar os processos e facilitar o desenvolvimento e os esforços dos negócios de biodiversidade.

Proposta 2: Criar um programa de incentivos/subsídios para a bioeconomia com o objetivo de fortalecer as populações tradicionais

Devemos implementar programas governamentais abrangentes, contando com os incentivos e subsídios adequados, incluindo doações, bolsas e linhas de crédito, melhorando o acesso ao crédito para iniciativas comunitárias socioambientais, estabelecendo isenção de impostos e preços mínimos para produtos socioambientais, desenvolvendo/aperfeiçoando políticas de pagamento por serviços ambientais, promovendo programas de compras públicas, entre outros.

Proposta 3: Fortalecer o território com foco no desenvolvimento de capacidades locais

Negócios e organizações comunitárias fortes requerem treinamento e assistência técnica para acessar mercados públicos e privados, bem como energia renovável e infraestrutura para conectividade. Para atender tais necessidades, devem ser estabelecidas redes de cooperação público-privadas, câmaras de diálogo público-privadas e fortalecidas instituições públicas que promovam a assistência técnica rural.

MESA REDONDA 3: ALINHANDO E ESCALANDO O FINANCIAMENTO MISTO

Proposta 1: Co-criar uma plataforma Pan-Amazônica para o financiamento da bioeconomia para povos indígenas, afrodescendentes e comunidades tradicionais

Existe a necessidade de uma forte rede de financiamento (setor privado, filantropias, financiadores) para povos indígenas, afrodescendentes e comunidades tradicionais para apoiar a bioeconomia. É fundamental que se estabeleçam plataformas para gerenciar projetos e planos de financiamento para a economia dos povos indígenas em cadeias sustentáveis e o financiamento para a proteção e salvaguarda dos povos indígenas, afrodescendentes e comunidades tradicionais.

Proposta 2: Consolidar esforços para eliminar o financiamento a mercados ilegais

Os produtos da bioeconomia não conseguem competir com o mercado de US\$ 1,5 trilhão de produtos ilegais. Para combater o crescimento da economia ilegal, os governos devem estabelecer e fortalecer o sistema de alavancas e incentivos para direcionar o capital para longe das atividades ilegais e investi-los na bioeconomia, criando economias alternativas. Isso permitirá maior produtividade, bem-estar comunitário e conservação da floresta amazônica.

Proposta 3: Promover mecanismos de financiamento híbridos para a bioeconomia amazônica, incluindo o apoio à ampliação e à regulamentação harmonizada dos créditos de alta integridade de água, carbono e biodiversidade.

A bioeconomia requer uma variedade de fontes de financiamento. Para atender tal necessidade, podemos estabelecer um conjunto de mecanismos e políticas públicas que possam receber diferentes tipos de recursos (subsídios, concessões). Um elemento importante deve ser a ampliação e a harmonização da regulamentação dos mecanismos de mercado, como créditos para serviços de água, carbono e biodiversidade, especialmente em suas versões combinadas para otimizar as funções ecológicas. Os participantes das iniciativas de bioeconomia também precisam de maior acesso a recursos e maior equidade na distribuição de valor da cadeia de suprimentos. Isso pode ser alcançado estabelecendo mecanismos financeiros inovadores, como empréstimos e títulos sustentáveis, financiamento misto, mecanismos de aprimoramento de crédito e trocas de dívida por natureza, as quais irão facilitar as atividades e modelos de negócios associados à bioeconomia.

MESA REDONDA 4: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Proposta 1: Desenvolver estratégias nacionais e pan-amazônicas para ciência, tecnologia e inovação a serviço do povo da Amazônia.

Ciência, tecnologia e inovação (CT&I) são necessárias para promover uma bioeconomia de floresta em pé e rios fluídos que beneficie as comunidades locais, as populações amazônicas e os ecossistemas da região. Isso pode ser feito por meio da criação de estratégias nacionais e pan-amazônicas com metas claras, atividades, prazos, orçamento e responsabilidades para mobilizar iniciativas abrangentes e participativas que canalizem ciência, tecnologia e inovação interculturais para atender às necessidades do povo da região. Essas estratégias devem ser apoiadas por financiamento adequado, que pode vir da remoção de distorções fiscais e tributárias para incentivar o setor produtivo sustentável, alinhando-se a compromissos internacionais dos países (como as das Estratégias Nacionais de Biodiversidade e Planos de Ação (EPANB) e a criação de fundos nacionais e/ou um grande fundo internacional para CT&I da socio-biodiversidade, bem como a adoção de novos instrumentos que atraiam recursos adicionais, como a taxa verde.

Proposta 2: Aumentar os investimentos em educação básica e profissional na região amazônica até 2030, priorizando a educação inclusiva, acessível e regionalizada.

Atualmente, há investimentos insuficientes e falta de garantia de inclusão, acessibilidade e priorização do conhecimento e dos territórios da população local dentro do sistema educacional da região amazônica. Para combater isso, devemos aumentar os investimentos em educação básica e profissional na região, com foco em garantir uma educação de qualidade para todos os segmentos da população amazônica. Para capacitar melhor a população amazônica a atuar na bioeconomia de floresta em pé e rios fluído, também podemos fortalecer a educação territorializada, valorizando o conhecimento local e promovendo a sustentabilidade ambiental e social com abordagens educacionais personalizadas que respeitem a diversidade cultural e as necessidades específicas das diferentes comunidades.

Proposta 3: Estimular o trabalho de uma rede de institutos de pesquisa pan-amazônicos para a bioeconomia.

Precisamos fortalecer a capacidade científica, técnica e a infraestrutura para compartilhar informações e promover a interconexão entre os institutos de pesquisa dos países amazônicos. Isso pode ser alcançado por meio do desenvolvimento de pólos de ciência, tecnologia e inovação - uma rede integrada de institutos de pesquisa com financiamento adequado - com garantia de uma governança plural. Esses polos ampliaram a mobilidade dos pesquisadores em toda a região e forneceriam treinamento para profissionais locais, com centros de pesquisa estabelecidos tanto em áreas de produção local quanto em centros urbanos, bem como novos centros de pesquisa e parques tecnológicos que possibilitam o compartilhamento de conhecimento e infraestrutura por parte de startups, pequenas e médias empresas.

Proposta 4: Quantificar as funções ecossistêmicas importantes para a sustentabilidade regional, nacional e global.

Para concretizar a bioeconomia na Amazônia, o valor das funções e serviços ecossistêmicos precisa ser quantificado e incorporado às políticas nacionais e transnacionais. Essa base científica esclarece as dimensões do valor das florestas e da biodiversidade necessários para programas de pagamento por serviços ecossistêmicos e a validação de mercado. Isso pode ser feito por meio de investimentos em pesquisas colaborativas e monitoramento em nível regional para quantificar os serviços ecossistêmicos prestados em níveis regional, pan-amazônico e global.

MESA REDONDA 5: COMMODITIES LIVRES DE DESMATAMENTO

Proposta 1: Aumentar a transparência e rastreabilidade

A ampliação de commodities livres de desmatamento requer maior transparência e rastreabilidade ao longo das cadeias das commodities, incluindo informações sobre posse da terra, produção e direitos humanos/condições de trabalho. Isso pode ser alcançado por meio do estabelecimento de legislação nacional e governança que garanta o cumprimento de acordos comerciais e a implementação no nível comunitário. Isso resultará em maior valor e melhores condições para os produtores, com melhor informação e precificação para os consumidores, ao mesmo tempo em que permite aos governos atingir seus objetivos de conservação e melhorar a percepção pública sobre desmatamento e conversão.

Proposta 2: Duplicar os incentivos para conservação florestal, uso sustentável dos recursos naturais, restauração e produção sustentável

O desequilíbrio atual entre incentivos negativos e positivos favorece a produção insustentável. Para enfrentar esse desequilíbrio, podemos estabelecer frameworks regulatórios (como planos nacionais, legislação, políticas) que promovam a conservação florestal, o uso sustentável, a restauração de áreas degradadas e a produção sustentável, desencorajando incentivos perversos. Aumentar o acesso a incentivos para pequenos produtores nos permite mobilizar recursos por meio de compromissos do setor privado, mecanismos de incentivo, capacitação, assistência técnica e serviços de extensão para produção sustentável.

Proposta 3: Desenvolver instrumentos financeiros verdes baseados em princípios de bioeconomia para commodities

É necessário financiamento público e privado com forte transparência para apoiar a bioeconomia. Essa necessidade pode ser atendida por meio do design de novos instrumentos financeiros com a participação das comunidades na Amazônia, voltados para a diversidade de atores e modelos em pequena escala. Isso pode incluir esquemas promocionais e blended finance, além de fornecer assistência técnica e monitoramento de entidades financeiras e comunidades durante a implementação para construir capacidade e governança.

MESA REDONDA 6: O PAPEL DAS CIDADES NA BIOECONOMIA

Proposta 1A: Transformar cidades em centros de bioeconomia - Planejamento urbano regional para a bioeconomia

Uma estratégia coerente de implementação regional é necessária para compreender e aplicar o papel das cidades na bioeconomia. Isso pode ser alcançado por meio do planejamento territorial que estimula a descentralização das estruturas produtivas, articuladas com planos de urbanização que se ajustem às especificidades de cada território.

Proposta 1B: Transformar cidades em centros de bioeconomia - Ecossistema de negócios

Para melhorar a densificação tecnológica dos agentes da economia urbana e fortalecer a integração e diversificação regional de produtos da bioeconomia, podemos criar parques de bioeconomia. Esses parques seriam destinados a fortalecer a coerência regional e o alinhamento entre partes como setor público, setor privado, investidores, povos indígenas e comunidades locais, entre outros em diferentes níveis. Esses parques poderiam ser apoiados por universidades e institutos de pesquisa baseados no território, os quais podem conduzir pesquisas para identificar demandas relevantes em escala local, mapear tecnologias tradicionais e colaborar com autoridades e municípios locais.

Proposta 2: Criar novos modelos de urbanização para a bioeconomia

Para fazer a transição de um modelo insustentável de urbanização extrativista para um modelo que respeite o meio ambiente natural, precisamos desenvolver novos modelos de urbanização para dinamizar mercados

associados a produtos florestais e serviços financeiros urbanos. Esses novos modelos devem considerar a diversidade territorial e cultural da região amazônica, incluindo os marcos normativos e institucionais de cada município e no âmbito das políticas nacionais e globais.

Proposta 3: Construir redes colaborativas

Promover a coerência regional e desenvolver novos modelos de urbanização baseados na bioeconomia requer mecanismos dedicados para melhorar a colaboração, co-criação e troca de experiências sobre questões comuns relacionadas a desafios e oportunidades nas cidades. Para atender a essa necessidade, podemos criar espaços para promover a troca de experiências e comunidades de prática e avançar no desenho e implementação de soluções.

Proposta 4: Desenvolver infraestrutura para que as cidades se tornem centros de dinamismo econômico

Para melhorar a competitividade dos negócios da bioeconomia, atrair a atenção de investidores e promover a diversificação econômica, é necessário que as cidades se tornem centros de dinamismo econômico. Isso pode ser feito através do desenvolvimento de um plano abrangente de desenvolvimento de infraestrutura para impulsionar a bioeconomia na Amazônia, incluindo transporte fluvial e aéreo para melhorar a conectividade, diversificação de fontes de energia renovável e infraestrutura urbana, entre outras necessidades e serviços básicos.

Proposta 5: Estabelecer um mecanismo financeiro para apoiar a bioeconomia nas cidades amazônicas

É necessário aumentar os fluxos financeiros com retornos financeiros adequados para os investidores, a fim de apoiar a bioeconomia. Essa necessidade pode ser atendida através do estabelecimento de um mecanismo financeiro especificamente projetado para apoiar projetos de bioeconomia na Amazônia. Sob esse mecanismo, todos os projetos e financiamentos devem atender aos princípios orientadores da bioeconomia e serem acompanhados de sensibilização e envolvimento das comunidades, investidores e doadores sobre a bioeconomia e a missão da instituição. A implementação seria em três etapas: (1) identificação e preparação de projetos (capacitação e apoio); (2) financiamento inicial para um subconjunto de projetos promissores; e (3) ampliar a escala por meio da conexão com outros investidores. As cidades servirão como locais de inovação e centros de aprendizado, onde ocorrerão treinamentos.

MESA REDONDA 7: POLÍTICA E GOVERNANÇA

Proposta 1: Fortalecer a Governança da OTCA

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) é o principal mecanismo de governança colaborativa entre os países amazônicos, destinado a promover ações conjuntas, equitativas e mutuamente benéficas nos países amazônicos para alcançar o desenvolvimento sustentável na Região Amazônica. O alinhamento político e de políticas públicas, bem como a transparência dessa entidade, podem ser fortalecidos por meio do aumento da participação da sociedade civil, dos povos indígenas e das comunidades locais, e de outros atores locais amazônicos nos processos decisórios da OTCA. Isso poderia começar com uma atualização do plano estratégico da OTCA para incorporar a bioeconomia como uma área de atuação. Especificamente, isso pode ser feito por meio do estabelecimento de um Comitê Técnico Regional Conjunto para definir prioridades de políticas governamentais multilaterais e uma agenda ambiental programática comum, com representação dos Ministérios do Meio Ambiente, da sociedade civil e das comunidades indígenas e locais. Além disso, as Comissões Nacionais Permanentes da OTCA devem ser fortalecidas pela participação ativa de atores locais amazônicos.

Proposta 2: Desenvolver metas comuns para os países amazônicos

Metas compartilhadas entre os países amazônicos são necessárias para garantir que a região avance de forma coesa no desenvolvimento sustentável e da bioeconomia pan-amazônica. A OTCA pode promover a colaboração entre os países amazônicos e metas compartilhadas para a região. Isso pode ser feito fortalecendo a capacidade de consulta da OTCA e seu poder de adotar políticas, criando redes para fortalecer a colaboração, melhorando os mecanismos financeiros e definindo padrões de bioeconomia.

Proposta 3: Combater a ilegalidade

A atual falta de planos de gestão integrada na região amazônica resultou em insegurança nas fronteiras e atividades ilegais transfronteiriças. O lucro proveniente de atividades ilegais concorre com produtos e empreendimentos sustentáveis na região. Criar um plano de ação contra a ilegalidade, com um conjunto de medidas de combate ao crime, é urgente para enfrentar esses desafios. Um plano de ação conjunto exigiria um sistema integrado estruturado de controle de fronteiras, polícia e tribunais, incluindo recursos humanos, capacidades técnicas e equipamentos (possivelmente por meio do estabelecimento de uma Polícia Internacional para Crimes Ambientais). Também exigiria mecanismos de monitoramento compartilhados e um sistema de alerta integrado, cadeias de produção rastreáveis e a identificação de fatores associados a infrações/crimes que se correlacionam com os crimes ambientais existentes. Em termos de governança conjunta, o compartilhamento do gerenciamento de ações de comando e controle e a harmonização das leis contra a ilegalidade podem ser promovidos por meio de troca de experiências entre órgãos locais, estaduais e federais.

Proposta 4: Garantir acesso a serviços básicos e direitos

Desenvolver uma bioeconomia pan-amazônica só pode ser alcançado em paralelo com o fortalecimento dos direitos e serviços básicos dos habitantes da Amazônia. Serviços adequados e qualidade de vida fornecem as condições e flexibilidade para pensar e desenvolver empreendimentos sustentáveis. Portanto, é necessário atender aos direitos básicos em termos de saúde, educação, água e saneamento, conectividade, infraestrutura e comunicação, energia limpa e outros que levem ao bem-estar humano. Isso pode ser feito alocando recursos especificamente para o acesso a serviços básicos, criando incentivos fiscais para empreendimentos de bioeconomia na Amazônia e estabelecendo reuniões periódicas de grupos focais envolvendo as comunidades para garantir que as necessidades estejam sendo atendidas.

MESA REDONDA 8: LEGALIDADE E CADEIAS DE FORNECIMENTO

Tendo em conta a falta de integração entre estratégias, políticas públicas e planos entre os países da região amazônica, e reconhecendo que a criminalidade e a violência desencorajam o investimento, minam o Estado de Direito e beneficiam a concorrência desleal, recomendamos:

Proposta 1: Melhorar a cooperação transfronteiriça para a aplicação da lei

A criminalidade, a violência, a falta de conformidade e a insegurança são todos obstáculos para o florescimento da bioeconomia. Para enfrentar esses obstáculos, podemos estabelecer acordos regionais para fortalecer as capacidades técnicas das agências e instituições, garantir pessoal de fronteira treinado e fornecer os fundos necessários. Com essa disposição entre os países amazônicos para compartilhar estratégias de inteligência e operações nas fronteiras, podemos aumentar a cooperação entre governos e agências de aplicação da lei nos países amazônicos para reduzir as atividades ilegais e os crimes ambientais.

Proposta 2: Criar um quadro legal para a bioeconomia amazônica que permita que Povos Indígenas, Comunidades Locais e pequenos agricultores implementem atividades de bioeconomia

As atividades de bioeconomia precisam ser atrativas e viáveis o suficiente para competir com as atividades ilegais. Isso pode ser feito adotando um quadro legal para a bioeconomia amazônica de políticas que simplifiquem as regras e o enquadramento legal e regulatório para pequenos produtores/iniciativas, com flexibilidade para personalizar as regras de acordo com o tamanho do negócio, considerando a complexidade dos negócios sustentáveis, a realidade dos povos indígenas e tradicionais e a posse da terra.

Proposta 3: Fornecer incentivos financeiros, políticos e sociais, bem como fortalecer as capacidades das partes interessadas para transformar atividades ilegais e irregulares em legais

As cadeias de suprimentos legais devem apresentar benefícios claros para as pessoas e devem ser acompanhadas de recursos econômicos, financeiros, sociais e políticos para implementar incentivos para os negócios de bioeconomia. Isso pode ser alcançado desenvolvendo um conjunto claro de regras que incentivem indivíduos e iniciativas de bioeconomia a se afastarem da ilegalidade, apoiado por pesquisas sobre os benefícios gerados pela transição da área cinzenta para a legalidade nos negócios de bioeconomia.

MESA REDONDA 9: CONSTRUINDO UMA REDE PAN-AMAZÔNICA PARA A BIOECONOMIA

Proposta 1: Influenciar as condições habilitantes para políticas regionais, nacionais e locais

A região amazônica está enfrentando pontos de inflexão políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. As condições habilitadoras que precisam ser atendidas para aumentar a conscientização e implementar políticas de bioeconomia incluem coordenação e conexão entre setores, escalabilidade, sustentabilidade de longo prazo, investimentos de impacto, gerenciamento de dados, conhecimento e capacitação. Esse ambiente político pode ser influenciado ao focar em momentos-chave de coordenação (como a reunião de chefes de Estado nas COPs da UNFCCC/CBD e no G20), coordenando-se com a OTCA e o Grupo de Trabalho do GCF e fortalecendo coalizões nacionais existentes. A convergência regional pode ser encontrada identificando representantes temáticos para apresentar narrativas baseadas em dados científicos e apoiadas por planos de comunicação.

Proposta 2: Encontrar soluções tangíveis, focando no que nos une e aprendendo com as diferenças

Encontrar soluções que atendam às necessidades de todos na região amazônica requer encontrar sinergias e pontos de convergência entre uma agenda coletiva e uma agenda local. Isso pode ser feito por meio da ampla partilha de conhecimentos e capacitação.

Proposta 3: Estabelecer uma rede multidisciplinar e regional para apoiar um ambiente propício à bioeconomia

Temos uma oportunidade excepcional para que os países colaborem em políticas interconectadas que apoiem a conservação florestal, redução da pobreza, combate à criminalidade e melhoria dos meios de subsistência das pessoas. Além disso, é necessário fortalecer a participação, equidade e inclusão de povos indígenas e comunidades locais na agenda da bioeconomia. Isso pode ser alcançado por meio do estabelecimento de uma rede regional multidisciplinar e multissetorial para defender um novo ambiente de bioeconomia, apoiando a conservação e restauração da Amazônia e beneficiando povos indígenas e comunidades locais. Essa rede poderia transmitir uma mensagem apolítica e unificada através das fronteiras dos países em prol de um interesse comum, forte o suficiente para resistir a mudanças políticas e resultar em mais pessoas conhecendo e se comprometendo a proteger a Floresta Amazônica. A rede poderia proporcionar oportunidades para facilitar a convergência (não necessariamente consenso), estabelecer sinergias e identificar oportunidades com

setores público e privado, ONGs, IPLCs e outros, melhorar as cadeias de valor e facilitar o acesso a mercados e financiamentos, criando espaços coletivos para o desenvolvimento de propostas e fornecendo apoio para organizações de base. A rede poderia ser liderada por uma secretaria técnica que facilitaria intercâmbios, workshops e reuniões anuais para promover a aprendizagem das melhores práticas e lições aprendidas, além de incentivar a formação de redes locais como parte da rede regional.

Esta rede será estabelecida em consonância com organismos e esforços existentes, de forma a apoiar outras redes já existentes.

ORGANIZADORES E LÍDERES DAS MESAS REDONDAS

MESA REDONDA 1: Economia Indígena e Tradicional	Fany Kuro - COICA Marbe Luz Becerra - COICA Cándido Pastor - CI
MESA REDONDA 2: Investimento de impacto	Renata Truzzi - NESsT Cairo Milhomem Bastos - NESsT Mauricio Verkooijen - NESsT Sabrina Ni - NESsT
MESA REDONDA 3: Alinhando e escalando o financiamento misto	Ana María González - World Bank Svetlana V. Klimenko - World Bank Tanya Lisa Yudelman - World Bank
MESA REDONDA 4: Ciência, tecnologia e inovação	Carlos A. Nobre - SPA Luciana Villa Nova - SPA
MESA REDONDA 5: Commodities livres de desmatamento	Kurt Holle - WWF Perú Melissa Arias - WWF
MESA REDONDA 6: O papel das cidades na bioeconomia	Tatiana Schor - IADB Toni Lindau - WRI Brasil
MESA REDONDA 7: Política e governança	Gustavo Souza - CI
MESA REDONDA 8: Legalidades e cadeiras de fornecimento	Ruth Noguero - WRI Luiza Montoya Raniero - Instituto Igarapé
MESA REDONDA 9: Construindo uma rede Pan-amazônica para a bioeconomia	Adriana Lobo - WRI Juan David Ferreira - Latimacto Rachel Biderman - CI Vanessa Pérez-Cirera - WRI

PARTICIPANTES DA CONFERÊNCIA

Adriana Ramos - Instituto Socioambiental, Mesa redonda 1
Albina Ruiz Ríos de Sepúlveda - Ministerio Ambiente Perú, Mesa redonda 7
Alinne Christoffoli - Instituto Alerta Para, Mesa redonda 9
Ana Lucía Reis Melena - Alcadesa Cobija, Bolívia, Mesa redonda 6
Ana Paula Santos - Amazonia Vox, Mesa redonda 4
Ana Valéria Araújo - Fundo Brasil de Direitos Humanos, Mesa redonda 1
André Baniwa - FOIRN, Mesa redonda 4
André Lammerding Berdau - GIZ, Mesa redonda 5
André Maciel Gabiru - Ecosynergy, Mesa redonda 4, Facilitador
André Schatz - SEMAPI Brasil, Mesa redonda 2
André Menezes Vianna - Idesam, Mesa redonda 6
Andre Wongtschowski - WTT, Mesa redonda 4
Andrea Aguiar Azevedo - Fondo JBS por la Amazonia , Mesa redonda 1, 2
Andrés Ramírez, Conservation International
Angelique Deborah Helouise Palmtak - VIDS, Mesa redonda 1
Ani Dasgupta - WRI, Mesa redonda 3
Anoshka Violeta Irey Cameno - COICA, Mesa redonda 9
Antoine Metten - AFD, Mesa redonda 1
Antônia Suzy Barros de Lima - ASPROC, Mesa redonda 2
Antonio Leonidas Pulgar Lucas, Mesa redonda 7
Artist Sharmaine - COICA, Mesa redonda 4
Augusto Corrêa - PPA, Mesa redonda 2
Benno Pokorny - GIZ Brazil, Mesa redonda 7
Braulina Aurora Baniwa - ANMIGA, indigenous anthropologist, Mesa redonda 1
Bruna Freitas, Mesa redonda 7
Bruna Pratesi - Conservation International, Mesa redonda 5
Bruna Viana - Ecosynergy, Mesa redonda 7, Facilitador
Bruno Felin - WRI Brasil
Cairo Milhomem Bastos - NESST, Mesa redonda 2
Camila Cammaert - WWF, Mesa redonda 5
Camila Maia - Fundo Vale, Mesa redonda 9
Cândido Pastor - Conservation International, Mesa redonda 1
Carlos Afonso Nobre - Science Panel for the Amazon - SPA, Mesa redonda 4
Carlos Demeterco - GIZ Brasil, Mesa redonda 7
Carlos Lozano - FEPIKECHA, Mesa redonda 6
Carly Siege - Conservation International, Mesa redonda 7
Carmen García - Instituto de Investigación de la Amazonía (MINAM - PERÚ), Mesa redonda 4
Carolina Rosero - Conservation International, Mesa redonda 9
Carolina Useche - WRI Colombia, Mesa redonda 7
Caroline Rocha - WRI Brasil, Mesa redonda 7
Cassie Hoffman - Conservation X Labs, Mesa redonda 4
César Matsumoto - Ecosynergy, Mesa redonda 9, Facilitador

Christina Edwards - Rupununi Livestock Producers Association (RLPA), Mesa redonda 8
Clarissa Vargas - Embaixada da Noruega, Mesa redonda 7
Claudette Labonte - Organisation des peuples autochtones de Guyane, Mesa redonda 1
Cláudio Puty - Prefeitura de Belém, Mesa redonda 6
Cristiane Fontes - Global Canopy, Mesa redonda 1
Cristina Bodas - WRI Brasil
Daniel Hincapié - IADB, Mesa redonda 3
Daniel Miranda - Frente Nacional de Prefeitos, Mesa redonda 6
Daniel Wallmann - GIZ - Cooperação Alemã, Mesa redonda 7
Daniela Gomes Pinto - Mott Foundation, Mesa redonda 4
Darío Fajardo - Vicemin. de Desarrollo Rural, Ministerio de Agricultura, Colombia, Mesa redonda 9
David Cabral - Palmazonia, Mesa redonda 5
David Cotacachi - IADB, Mesa redonda 1
David Tankamash - FISCH, Mesa redonda 1
Delvia Kantorski - Ecosynergy, Mesa redonda 1, Facilitador
Diogo Ladvoat - Aither Group, Mesa redonda 2
Dora Piyãko - APIWTXA, Mesa redonda 1
Doralbis Lara - Ambiental, Mesa redonda 1
Edgar Emilio Rodriguez Bastidas - Fundación Conservación y Desarrollo Sostenible, Mesa redonda 1
Edivan Carvalho - IPAM, Mesa redonda 7
Eduardo Darwin Ramos da Silva - Instituto Centro de Vida, Mesa redonda 2
Eduardo Nungkuag Cabrera - AIDSESEP, Mesa redonda 1
Eligio DaCosta, ORPIA, Mesa redonda 8
Elisa Barequi Tapeosi - COICA, Mesa redonda 7
Ellen Acioli - AVINA, Mesa redonda 1
Elly Marcelo - Assessor del Vicealcalde de Belém, Mesa redonda 2
Elvis Stevens García Torreblanca - MINAM, Mesa redonda 5
Enrico Rocha - Ecosynergy, Mesa redonda 8, Facilitador
Erika Benitez - FCDS Colombia, Mesa redonda 5
Erin Gray - WRI, Mesa redonda 4
Erwin Alexander Caicedo Uni Gobernación del Caquetá, Mesa redonda 6
Eugênio Pantoja - IPAM, Mesa redonda 6
Fabio Scarano - Instituto de Desenvolvimento e Gestão, Mesa redonda 5
Fany Kuro Castro - COICA, Mesa redonda 1
Felipe Faria - Systemiq / P4F, Mesa redonda 2
Felix Joanny Rivas Castellanos - Tierra Mágica, Mesa redonda 3
Fernanda Boscaini - WRI Brasil
Fernanda Lisboa - AYA Initiative/agni, Mesa redonda 9
Fernanda Sanchez - GIZ Ecuador, Mesa redonda 7
Fernando Li - Visit Rupunini, Mesa redonda 1
Fernando Páez - WRI Colombia, Mesa redonda 6
Florentine Versteeg - Ecosynergy, Mesa redonda 6, Facilitador
Frances Seymour - WRI, Mesa redonda 4
Francisco Apurinã - Instituto Pupykary and University of Helsinki, Mesa redonda 6
Francisco Costa - UFPA, Mesa redonda 4

Francisco Malheiros - ATAIC (parceiro NESST), Mesa redonda 2
Francisco Oliveira - Gordon and Betty Moore Foundation, Mesa redonda 3
Francisco Ashaninka Piyãko - Ashaninka - Apiwtxa, Mesa redonda 1
Franziska Troger - Embaixada Alemanha, Mesa redonda 9
Frederico Brandão - Conexus, Mesa redonda 4
Frineia Rezende - TNC Brasil, Mesa redonda 7
George Jem Awankaroe - VIDS, Mesa redonda 6
Georgia Marmonti, Mesa redonda 2
Graciela Froelich – IPAM, Mesa redonda 7
Greta Salvi - Latimpacto, Mesa redonda 3
Guilherme Nunes de Andrade - Ecosynergy, Mesa redonda 3, Facilitador
Gustavo Durán - FLACSO, Mesa redonda 6
Gustavo Pinheiro - Instituto Clima e Sociedade, Mesa redonda 9
Gustavo Rodrigues de Souza - Conservation International, Mesa redonda 7
Haileelassie Medhi - WRI Africa, Mesa redonda 4
Hans Christian Schmidt - KfW, Mesa redonda 3
Héctor Mondragón, Mesa redonda 1
Henrique dos Santos Pereira - Federal University of Amazonas, Mesa redonda 4
Henrique Evers - WRI Brasil, Mesa redonda 6
Hueiya Alicia Cahuiya Iteca - Comunidad Indígena Noneno, Mesa redonda 1
Iara Souza Vicente - Nossa Terra Firme, Mesa redonda 1
Igor Botelho Bernardes - Ferttil Ecosystem, Mesa redonda 3, Facilitador
Inaiê Takae Santos -IADB, Mesa redonda 6
Irina Cabrerizo Suaznabar - Piensa Verde, Mesa redonda 3
Ismael Nobre - Instituto Amazônia 4.0, Mesa redonda 9
Izamar Valarezo Corporación Chakra., Mesa redonda 3
Jaime Rivera - Conservation International, Mesa redonda 8
James Anderson - WRI, Mesa redonda 6
Jamner Mnihuari Curitiba - COICA., Mesa redonda 1
Javier Félix - Fundación Pachamama, Mesa redonda 3
Javier Ortiz Bahamón - Tropical Forest Alliance, Mesa redonda 5
Jean Timmers - WWF Brasil, Mesa redonda 5
Jessika García - FILAC, Mesa redonda 1
Joao Minuzzo Povo Ashaninka, Apiwtxa, Mesa redonda 2
Joana Oliveira de Oliveira - WRI Brasil
Joice Nunes Ferreira - Embrapa, Mesa redonda 4
Jon Paul Rodríguez - Provita, Mesa redonda 4
Joraisa Pokie - Directory Regional Development – afro economic affairs, Mesa redonda 9
Jorge Silva Herreros - IADB, Mesa redonda 6
Jose Alvarez Alonso - Asociación Amanatari, Mesa redonda 2, 5
José Carlos Guerreiro Galiza, Mesa redonda 4
José Gregorio Díaz Mirabal - COICA, Mesa redonda 7
Jose Marcos B. Pereira - Meridian International, Mesa redonda 4
Juan Alberto Bay Guiyacamo - Nacionalidad Waorani, Mesa redonda 1
Juan David Ferreira - Latimpacto, Mesa redonda 9

Juan Pablo Giraldo - Leap Mindset, Mesa redonda 9
Jubitana Loreen - Ministerio de Desarrollo Regional y Deportes, Suriname, Mesa redonda 7,4
Julia Arieira - UNSDSN, Mesa redonda 4
Julia Mello de Queiroz - CSF, Mesa redonda 3
Julián López, Mesa redonda 1
Juliana Ewert - Conservation International, Mesa redonda 8
Juliana Tinoco - Palladium/P4F, Mesa redonda 9
Juliane Mendes Lemos Blainski (MANEJEBEM), Mesa redonda 4
Julie Messias - Presidente do Fórum de Secretários do Meio Ambiente, Mesa redonda 7
Karin Metell Cueva - Embajada Suecia, Mesa redonda 3
Karoline Barros - WRI Brasil
Kátia Q. Fenyves - IADB, Mesa redonda 3
Keith Alger - CAUCUS Brasil, Mesa redonda 9
Keivan Hamoud Neves - ASSOAB, Mesa redonda 2
Keyvan Sayar - French Embassy, Mesa redonda 9
Kurt Holle - WWF Perú, Mesa redonda 4, 5
Lais Victoria Ferreira de Sousa - IPAM, Mesa redonda 5
Laura Lamónica - Coalizão Brasil, Mesa redonda 4
Leon Clarke - Bezos Earth Fund (BEF), Mesa redonda 9
Leonardo Pamplona - BNDES , Mesa redonda 3
Leticia Paula de Melo - COOAPRIME, Mesa redonda 4
Lilia Marina Assunção - NESsT, Mesa redonda 9
Lilian Vendrametto - Conservation International, Mesa redonda 5
Lineth Calapucha Cerda - Gad Provincial Pastaza, Mesa redonda 7
Lisa Famolare - Conservation International, Mesa redonda 7
Liz Richter Alencar, Mesa redonda 7
Luana Maia - Nature Finance, Mesa redonda 3
Luciana Vanni Gatti - INPE, Mesa redonda 9
Luciana Villa Nova - Coalizão Brasil Clima Floresta e Agricultura, Mesa redonda 3
Luciane Rodrigues - Consorcia Amazonia Legal, Mesa redonda 3
Ludwig Bryan Mendelzon - District Commissariaat Brokopondo, Mesa redonda 2
Luis Augusto Briceño Jara - Mancomunidad Regional Amazónica, Mesa redonda 7
Luis Espinel - Conservation International, Mesa redonda 2
Luis Jiménez - Phynatura, Mesa redonda 2
Luiz Carlos Beduschi - FAO/ONU, Mesa redonda 3
Luiza Montoya Raniero - Instituto Igarapé, Mesa redonda 8
Luz Marina Mantilla - Instituto Sinchi, Mesa redonda 4
Marbe Luz Becerra - COICA, Mesa redonda 1
Marcelle Chan-A-Sue - Conservation International - Guyana, Mesa redonda 5
Marcelo Furtado - Nature Finance, Mesa redonda 3
Márcia Soares - Vale, Mesa redonda 3
Marco Martínez - COICA, Mesa redonda 9
Marco van der Ree Conexsus, Mesa redonda 4
Marcos Fernando Terán Valenzuela - ACEAA, Mesa redonda 4
Marcos Pereira - Meridian international, Mesa redonda 4

Maria Camila Uribe - IADB, Mesa redonda 6
Maria Daiana - COOPAFLORA, Mesa redonda 7
María Soledad Hernández - SINCHI, Mesa redonda 4
Mariana Gracioso Barbosa - Re.green, Mesa redonda 2
Mariana Oliveira - WRI Brasil, Mesa redonda 5
Mariana Sena - Amazon Investors Coalition, Mesa redonda 2
Marina Bragante - AYA Earth Partners, Mesa redonda 2
Marion Adeney - Conservation X Labs, Mesa redonda 4
Marisol Argueta - WEF, Mesa redonda 4
Martin Hipolito Huaypuna Flores - AFIMAD, Mesa redonda 9
Mateo Adarve Zuluaga - Embajada de Suecia Asdi, Mesa redonda 7
Mauricio Mireles - FAO, Mesa redonda 1
Melina Risso - Instituto Igarapé, Mesa redonda 8
Melissa Arias - WWF, Mesa redonda 5
Melissa Sendic - CLUA, Mesa redonda 2
Merilu Sapa - Districts Commissioner – Indigenous community, Mesa redonda 9
Michael Patterson - Visit Rupunini, Mesa redonda 5
Michelle Lisa Kenyon - Rupununi Livestock Producers Association (RLPA), Mesa redonda 1
Miguel Calmon - Conservation International, Mesa redonda 3
Miguel Hardy Guimaraes Vasquez AIDSESEP, Mesa redonda 4
Monika Roper - Conexsus, Mesa redonda 3
Nayana Cambria - NESsT, Mesa redonda 7
Nazareth Flores Cabao - COICA, Mesa redonda 7
Nelsith Sangama Sangama AIDSESEP, Mesa redonda 2
Ngrenhararati Xikrin - ABEX, Mesa redonda 1
Octavio Nogueira - WWF Brasil, Mesa redonda 5
Olivia Zerbini Benin - IPAM, Mesa redonda 9
Oziel Cidade dos Santos - ASCAMPA, Mesa redonda 7
Patricia Ellen - SYSTEMIQ, Mesa redonda 2
Patricia Fagundes Daros - VALE SA., Mesa redonda 8
Patricia Pinho - IPAM, Mesa redonda 5
Paula Cavalcanti Ceotto - FunBio, Mesa redonda 2
Paulo Dallari - Natura&Co, Mesa redonda 7
Paulo Reis - MANIOCA, Mesa redonda 6
Pedro Gasparinetti - CSF, Mesa redonda 3
Pedro Leitão - Trama Brasil Projetos, Mesa redonda 4
Pedro Limeira - Ecosynergy, Mesa redonda 5, Facilitador
Rachel Biderman - Conservation International, Mesa redonda 9
Rafael da Soller - Assessor, Secretaria de Clima, Energia e Meio Ambiente, Mesa redonda 7
Rafael Feltran-Barbieri - WRI Brasil, Mesa redonda 3
Raphael Mario Bastos de Medeiros - Centro de Empreendedorismo da Amazônia, Mesa redonda 2
Raquel Rodrigues da Poça - IPAM, Mesa redonda 1
Raul Ventura - UFPA, Mesa redonda 6
Regis Germán Richter Alencar - Gobernador de Pando, Bolivia, Mesa redonda 7
Remessa Lang - Conservation International, Mesa redonda 9

Renata Pinheiro - Conservation International, Mesa redonda 1
Renata Truzzi - NESST, Mesa redonda 2
René Gómez-García Palao - CAF, Mesa redonda 3
Ricardo Diaz Hart - NESST, Mesa redonda 1
Ricardo Tapia - Director Producción Morona Santiago Ecuador, Mesa redonda 9
Roberto Espinoza Llanos - Consultant of Bank Information Center, Mesa redonda 4
Roberto Waack - Arapyau, Mesa redonda 4
Rodrigo de Oliveira Perpétuo - ICLEI, Mesa redonda 6
Rodrigo Friere - TNC , Mesa redonda 5
Rogier Vandenberg - WRI, Mesa redonda 6
Rómulo Lopes Torres COICA, Mesa redonda 4
Ronaldo Weigand Jr. - World Bank, Mesa redonda 5
Rubens Ribeiro de Barros Filho - CAUCUS Foundation, Mesa redonda 7
Ruth Noguerón - WRI, Mesa redonda 8
Samya Cristina Brazão Pereira - ABEX, Mesa redonda 1
Sergio Marcondes - Ecosynergy, Mesa redonda 2, Facilitador
Shereeda Yusuf - Conservation International, Mesa redonda 8
Shuba Soamandaugh - Guyana Forestry Commission, Mesa redonda 8
Sofía Murgueytio COICA, Mesa redonda 4
Soledad - WRI Colombia, Mesa redonda 6
Svetlana V. Klimenko - World Bank, Mesa redonda 3
Tanya Yudelman - World Bank, Mesa redonda 3
Tatiana Alves - IADB, Mesa redonda 3
Tatiana Credidio Assali - NINT, Mesa redonda 3
Tatiana Schor - IADB, Mesa redonda 6
Thais Penna - GIZ Brasil, Mesa redonda 7
Tiyua Uyunkar Gad Provincial Morona Santiago, Mesa redonda 6
Tomás Candia CIDOB, Mesa redonda 2
Toni Lindau - WRI Brasil, Mesa redonda 6
Traci Romine - C.S. Mott Foundation, Mesa redonda 2
Valeria Blos - WRI Brasil, Mesa redonda 9
Valmir Gabriel Ortega - Conexus, Mesa redonda 2
Vanessa Bastos - Manager of Environmental, Territorial Management and Climate Justice (Brasil), Mesa redonda 7
Vanessa Benn - LCDS Secretariat, Mesa redonda 9
Vanessa Pérez-Cirera - WRI, Mesa redonda 9
Vanessa Gefferie - Suriname Ministry, Mesa redonda 7
Veridiana Nakad - AGNI, Mesa redonda 5
Veronica Tejerina - IADB, Mesa redonda 1
Victor Augusto Salviati - FAS, Mesa redonda 1
Victor Ferraz - Arapyau, Mesa redonda 4
Vítor dos Santos Amancio - IPAM, Mesa redonda 3
Vitória Malcher Nogueira Lima - IPAM, Mesa redonda 6
Vivian Calderoni - Instituto Igarapé, Mesa redonda 8
Wendy Arenas Wightman - ALisos, Mesa redonda 5

Werner Kornexl - World Bank, Mesa redonda 3

Wilfredo Tsamash - COICA, Mesa redonda 3

Zack Romo - COICA, Mesa redonda 3